



# ANAIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 143

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 23 DE OUTUBRO DE 2000

ANO XXVI

## *Mesa Diretora*

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

Líder do Governo .....	Valdir Rossoni
Líder Oposição .....	Orlando Pessuti
PTB .....	Ademar Traiano
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PMDB .....	Nereu Moura
PPB .....	Tony Garcia
PT .....	Hermes Fonseca
PDT .....	Edgar Bueno
PSDB .....	Sérgio Spada
PL .....	Pastor Edson Praczyk
PSL .....	Edno Guimarães
PST .....	Divanir Braz Palma

## *Representação Partidária*

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó (licenciado) - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni (licenciado) - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltinho Puppio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 106ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
23 DE OUTUBRO DE 2000**

*(segunda-feira)*

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se em licença o senhor deputado Ângelo Vanhoni (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

A presidência recebe com muito prazer, o senador Roberto Freire, o deputado federal Rubens Bueno, o companheiro Geara e o vereador Samek. Sejam bem-vindos.

A Presidência suspende a sessão por alguns minutos para que os senhores deputados possam cumprimentá-los.

Está reaberta a sessão.

A Presidência concede a palavra, com muito prazer, ao senador Roberto Freire.

**O SR. ROBERTO FREIRE**

Senhor presidente, senhores deputados.

Vim falar desta tribuna até para não perder um costume que comecei a gostar muito do Paraná. É que a primeira vez que vim, aqui, à Assembléia, me foi oferecida a Tribuna. Vim num momento que não era de eleição, mas era de afirmação político-partidária do velho Partido Comunista Brasileiro.

E, naquela oportunidade, nós do Partido Comunista que sempre sofremos muita censura fruto do preconceito, a repressão que se abatia sobre nós, tinha visto naquela oportunidade, um bom momento para superar esses preconceitos e acabar de vez com a censura no Brasil. Censura à política, censura à afirmação da cidadania, censura cultural. A censura, enfim, à expressão de direitos humanos.

Fui convidado agora para falar, mas com um pequeno adendo, desnecessário. Porque para fazer campanha política o faço em palanque. E, lamentavelmente, senhor presidente, ninguém vai me dizer onde é que não faço. Porque lutei muito para conquistar: na rua. E sabe qual foi a Tribuna que usei muito para conquistar na rua? A Tribuna da Assembléia Legislativa de Pernambuco. Que lá podia dizer que na rua não era permitido, porque a polícia reprimia. Agora não vou fazer o inverso. Não vim, aqui, na Assembléia, para estar discutindo a eleição municipal de Curitiba, talvez as eleições municipais no Brasil. Expressão da democracia que nós conquistamos, algo que garante um pluralismo que há muito tempo não se via com a afirmação concreta da esquerda brasileira que é a grande vitoriosa nesse pleito, independente dos resultados do 2º turno. Algo que se temos que definir quais os vitoriosos, talvez a gente diga que é essa aliança que se forjou aqui em Curitiba, do PT - PPS, surpreendendo, inclusive, as direções nacionais de ambos os Partidos. Que tinham, nacionalmente, alguns problemas de relacionamento. Talvez dificuldades da Oposição, distinta, que cada um dos partidos fazia e faz em relação ao governo Fernando Henrique Cardoso, com concepções também distintas da política, mas com objetivos muito comuns: de tentar transformar essa dura e injusta realidade brasileira.

Essa aliança que existe aqui em Curitiba, foi, talvez, a grande aliança que se formou no Brasil pelas bases dos dois partidos, onde não se fez no 1º turno está se fazendo no 2º, onde há o 2º. Caso da minha cidade de Recife, caso da cidade de Olinda também no meu Estado. Mas, pelo Brasil afora tem se forjado isso. E isso eu acho que é, talvez, a questão mais importante desse pleito: um bom campo democrático de esquerda e uma afirmação clara de aliança conservadora hegemônica pelo PFL, também aqui em Curitiba e também no Recife. E o grande vitorioso desse bloco de forças que sustenta o Governo, talvez, tenha sido o seu setor mais à direita, tal-

vez até porque ele tenha mais definição, não tenha grande ambigüidade, que é o PFL Nacional.

Então, esse fato é muito importante, independente de quem vai ganhar, até porque isso é decisão da cidadania, mas ganhamos nós, os democratas. E os velhos companheiros do MDB, aqui, inclusive, falando, fotografias, do velho comunista, hoje se aliançando com muita facilidade, como diz a música, é fruto dessa nossa luta, e portanto, dessa nossa satisfação. E satisfação de falar num espaço democrático saudando a Vossa Excelência e a todos os Parlamentares do Paraná dizendo: meu muito obrigado e a minha satisfação de falar dessa Tribuna de honra.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Senador Roberto Freire, esta Presidência faz questão de dizer que Vossa Excelência sempre foi e sempre continuará sendo muito bem recebido nesta Casa. Nós temos uma profunda admiração por Vossa Excelência e, muito mais, pelos companheiros que o acompanham, aqui, ex-deputados e amigos nossos. Por isso, tivemos, a liberdade de sugerir não a Vossa Excelência, mas aos seus companheiros, porque não permitiríamos que os outros adversários de partido também fizessem campanha aqui na Casa, em que pese nós tenhamos.

Mas, espero que Vossa Excelência não tenha entendido mal, de maneira alguma.

Mas, Vossa Excelência estará sempre em sua casa, aqui, em Curitiba e nesta Assembléia.

Solicito ao senhor 1º secretário para que faça a leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Mensagem:

MENSAGEM Nº 027/2000

Curitiba, 18.10.2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de, em conformidade com o artigo 66, inciso III, da Constituição Estadual, encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo sobre a extinção do Quadro de Oficiais Policiais Militares Femininos (QOPM Fem), a Qualificação de Praças Especiais Femininas e a Qualificação de Praças Policiais Militares Femininos (Praças PM Fem) e alterações, conforme especifica, nas Leis nºs 5.944/69, 6.774/76 e 7.047/78.

O plano de lei em referência consubstancia o resultado de estudos feitos pela Polícia Militar do Estado do Paraná, os quais, em decorrência de legislação federal,

foram analisados e aprovados pela Inspetoria Geral das Polícias Militares, órgão do Ministério do Exército e mereceram, ainda, pareceres favoráveis de órgãos técnicos da Administração Estadual.

A adiante transcrita justificativa elaborada pela Polícia Militar do Estado do Paraná, apensada ao protocolado sob nº 4.324.623-2, às fls. 29, apresenta maior detalhamento quanto aos aspectos da conveniência e oportunidade de que se reveste a medida:

“O presente anteprojeto de lei visa unificar os quadros de acesso de oficiais e praças da Polícia Militar Feminino (QOPM Fem), cujo desdobramento foi operado pela Lei nº 7.815, de 29 de dezembro de 1983.

O sistema atualmente em vigor, impede que as policiais militares do sexo feminino possam ocupar cargos, de soldado a coronel em igualdade de condições com os policiais militares do sexo masculino. Esta discriminação além de injusta é inconstitucional, posto que o artigo 5º, inciso I, da Constituição Federal confere a homens e mulheres igualdade de direitos e de obrigações. Gera, além disto, estagnação da situação funcional das policiais mulheres, sem qualquer justificativa para tanto.

A unificação proposta apenas visa corrigir uma distorção que ocorre na carreira policial militar, onde a mulher, ao ingressar na Corporação, não poderá, por mais competente que seja, galgar os postos superiores do Oficialato e as graduações máximas das praças. Esta situação gera uma desigualdade e até uma inferioridade em relação ao quadro masculino, o que repele do sistema jurídico constitucional em vigor, além de se afigurar numa injustiça que urge ser corrigida, para que as mulheres, que hoje atuam em qualquer segmento da atividade produtiva e intelectual, quando se dediquem à atividade policial não tenham um tratamento de igualdade apenas formal, sem correlação com o tratamento que recebem no plano concreto.

Ainda, considerando a presença e as peculiaridades físicas femininas nesta instituição que diuturnamente presta serviços de policiamento nas ruas, de forma responsável e criteriosa, propõe no presente anteprojeto a fixação para o ingresso do pessoal feminino em até 6% (seis por cento) das vagas de inclusões futuras. Isto decorre do interesse público, vez que nem todas as atividades executadas pela Polícia Militar podem ser atribuídas e executadas pelas mulheres, pois o incessante combate à criminalidade no dia-a-dia exige entre outros atributos a força física e resistência à fadiga, qualidade que são próprias e inerentes à estrutura física do homem, e caso haja ingresso maciço de mulheres nos Quadros da Polícia Militar, em razão da natureza e da estrutura feminina, a eficiência da Instituição poderá ser prejudicada e conseqüentemente a sociedade será penalizada.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprova-

ção, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam extintos o Quadro de Oficiais Policiais Militares Femininos (QOPM Fem), a Qualificação de Praças Especiais Femininas e a Qualificação de Praças Policiais Militares Femininos (Praças PM Fem).

§ 1º - As atuais integrantes dos quadros extintos passam a compor o Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM), a Qualificação de Praças Especiais Policiais Militares (Asp Of PM e Aluno Oficial PM) e Qualificação Policial Militar Geral (QPMG-1) e a Particular QPMP-O, correspondentes com seus postos ou graduações, de acordo com a sua antigüidade relativa.

§ 2º - Considerando a natureza especial da função de Policial Militar e o interesse público, ficam destinadas até 6% (seis por cento) das vagas das inclusões no Quadro de Oficiais Militares e Qualificações de Praças.

Art. 2º - Fica revogado o inciso XI do artigo 37 da Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976, extinguindo a Companhia de Polícia Feminina e os Pelotões de Polícia Feminina, sendo que passarão a ser designados como Companhia e Pelotão de Polícia, sendo aquela incorporada ao 12º Batalhão e os Pelotões às Unidades a que pertencem, juntamente com seus efetivos.

Art. 3º - O artigo 53, inciso I, da Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 53 - O pessoal da Polícia Militar compõe-se de:

I - Pessoal da Ativa:

a) Oficiais, constituindo os seguintes quadros:

1 - Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM);

2 - Quadro de Oficiais Bombeiros Militares (QOBM);

3 - Quadro de Saúde compreendendo:

- Oficiais Médicos;

- Oficiais Dentistas;

- Oficiais Veterinários; e

- Oficiais Bioquímicos.

4 - Quadro de Oficiais Especialistas (QOE), compreendendo:

- Oficiais Músicos; e

- Oficiais de Comunicações.

5 - Quadro de Capelães Policiais-Militares (QCPM);

6 - Quadro de Oficiais de Administração (QOA):

b) Praças Especiais de Polícia Militar, compreendendo:

1 - Aspirante-a-Oficial PM, e BM;

2 - Alunos-Oficiais PM, e BM.

c) Praças compreendendo:

1 - Praças Policiais-Militares (Praças PM);

2 - Praças Bombeiros-Militares (Praças BM).”

Art. 4º - O artigo 54, *caput* da Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 54 - As praças policiais-militares e bombeiros-militares serão agrupadas em qualificações policiais-militares gerais e particulares (QPMG E QPMP).”

Art. 5º - O artigo 46, inciso IV, da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 46 - O oficial concorrerá à promoção pelos princípios de antigüidade ou merecimento, quando preencher os seguintes requisitos:

...

IV - tempo de arregimentação no posto:

a) oficiais subalternos e intermediários do Quadro de Oficiais Policiais-Militares (QOPM), e do Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares (QOBM), 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias;

b) oficiais superiores do QOPM, e QOBM, 180 (cento e oitenta) dias;

c) oficiais subalternos e intermediários dos demais quadros, 2 (dois) anos; e

d) oficiais superiores dos demais quadros, 1 (um) ano.”

Art. 6º - O artigo 2º, da Lei nº 7.047, de 21 de novembro de 1978, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º - O efetivo constante do artigo anterior será distribuído pelos postos e graduações previstos na Polícia Militar do Estado do Paraná, na forma dos anexos 1 e 2 integrantes desta lei, respectivamente: Resumo dos Quadros de Oficiais e Resumo das Praças por Qualificação Policial Militar”.

Art. 7º - O Chefe do Poder Executivo baixará todos os atos necessários ao cumprimento da presente lei.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anexos a que se refere o artigo 6º:

### RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS - ANEXO 1

QUADROS		Cel	TC	Maj	Cap	1º Ten	2º Ten	SOMA
QOPM		12	38	61	179	197	237	723
QOBM		2	9	17	35	40	50	153
Quadro De Saúde	MÉDICOS	1	5	6	6	16	-	34
	DENTISTAS	1	2	7	8	14	-	32
	VETERINÁRIOS	-	-	-	1	2	-	3
	BIOQUÍMICOS	-	2	1	1	3	-	7
QCPM		-	-	-	1	1	-	2
QOE	MÚSICOS	-	-	-	-	1	1	2
	COMUNICAÇÕES	-	-	-	-	1	2	3
QOA		-	-	-	13	25	74	112
TOTAL		16	56	92	244	300	364	1.072

### RESUMO DAS PRAÇAS POR QUALIFICAÇÃO POLICIAL - MILITAR GERAL - ANEXO 2

QPMG	GRAD	Subten	1º Sgt	2º Sgt	3º Sgt	Cb	Sd	SOMA
1 - Praças PM		170	272	647	1.365	2.122	11.248	15.824
2 - Praças BM		37	62	108	429	670	1.881	3.187
TOTAL		207	334	755	1.794	2.792	13.129	19.011

À Diretoria Legislativa.

### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 337/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o parágrafo único do art. 2º, da Lei nº 11.027, de 29 de dezembro de 1994, que foi alterada pelas Leis nºs 11.096, de 16 de maio de 1995 e 12.125, de 22 de abril de 1998, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - ....

Parágrafo único - A Região Metropolitana de Curitiba é constituída pelos municípios de Curitiba, Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais,

Quitandinha, Tijucas do Sul, e Tunas do Paraná, assim por outros municípios criados em áreas territoriais deles desmembradas”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.10.2000.

(a) GERALDO CARTÁRIO

### JUSTIFICATIVA:

A legendária Lapa sempre esteve ligada a Curitiba e a Região Metropolitana de Curitiba, tanto sob o aspecto econômico, geográfico, sentimental e, principalmente, quando conhecemos a sua história, pois o município da Lapa foi criado em 1806, com território desmembrado da nossa Capital.

Sendo assim, nada mais justo que o município da Lapa passe a compor a relação dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

**PROJETO DE LEI Nº 338/2000**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar o Batalhão Metropolitano Norte da Polícia Militar, tendo como sede a cidade de Colombo.

Art. 2º - O Batalhão Metropolitano Norte da Polícia Militar atenderá aos municípios de Adrianópolis, Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Cerro Azul, Colombo, Doutor Ulisses, Itaperuçu, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.10.2000.

(a) EDSON STRAPASSON

**JUSTIFICATIVA:**

Atualmente a Região Metropolitana de Curitiba é atendida pela Polícia Militar do Estado do Paraná, através do Batalhão Metropolitano de Curitiba, com sede em São José dos Pinhais, sendo subdividida em cinco companhias, quais sejam São José dos Pinhais, Colombo, Araucária, Campo Largo e Almirante Tamandaré, atendendo 22 municípios metropolitanos.

A Companhia de Colombo atende aos municípios de Colombo, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Bocaiúva do Sul, Tunas do Paraná e Adrianópolis, tendo um efetivo de 129 homens indisponíveis, por motivos de licenças, férias, etc., e um efetivo disponível de 98 homens aproximadamente, assim divididos por municípios, comparando-se respectivamente a população local, conforme informações da Polícia Militar do Estado do Paraná e dados do Paranáidade:

Município	População	Homens disponíveis
Colombo	189.610	38
Campina Grande do Sul	46.609	20
Quatro Barras	18.387	9
Bocaiúva do Sul	9.473	10
Adrianópolis	6.153	9
Tunas do Paraná	3.456	7

Enquanto a Companhia de Almirante Tamandaré, que atende aos municípios de Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul, Cerro Azul, Itaperuçu e Doutor Uisses,

conta um efetivo disponível de aproximadamente 50 homens e 8 viaturas, apresentando os seguintes dados:

Município	População	Homens disponíveis
Almirante Tamandaré	92.519	27
Rio Branco do Sul	23.920	7
Cerro Azul	17.522	6
Itaperuçu	18.226	6
Doutor Ulisses	6.035	4

Considerando o significativo crescimento demográfico da região metropolitana de Curitiba e o agravante da violência em nossa sociedade, bem como as dificuldades do Estado em proporcionar um sistema de Segurança Pública mais eficaz, pretendemos através deste projeto de lei, criar o Batalhão Metropolitano Norte da Polícia Militar, desvinculando as Companhias de Colombo e Almirante Tamandaré do atual Batalhão Metropolitano com sede em São José dos Pinhais e incorporando-as ao novo Batalhão Metropolitano Norte.

Com a criação do novo Batalhão, passariam a ser atendidos pelo menos, os seguintes municípios: Colombo, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Bocaiúva do Sul, Tunas do Paraná, Adrianópolis, Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul, Itaperuçu, Cerro Azul, e Doutor Ulisses, totalizando onze municípios da Região Norte de Curitiba.

A população desses onze municípios é de 431.910 (quatrocentos e trinta e um mil novecentos e dez) habitantes, conforme dados do Paranáidade, o que corresponde em média a um policial disponível para cada 2.918 (dois mil novecentos e dezoito) habitantes, um número bastante distante do ideal, que segundo recomendação da Organização das Nações Unidas, ONU, é de aproximadamente um policial para cada 500 (quinhentos) habitantes. Portanto, além da necessidade real do aumento do efetivo da Polícia Militar, a Região Norte comporta um Batalhão Metropolitano, que por certo facilitará o desenvolvimento das atividades inerentes à Polícia ostensiva, além do que, geográfica e estrategicamente proporcionará melhores condições de trabalho para o Comando Militar, bem como maior resultado para o cidadão que tanto clama por melhorias na área da Segurança pública.

Diante do exposto, contando com o indispensável apoio dos nobres Pares para aprovação desta importante contribuição à Segurança pública na região Norte de Curitiba, renovo meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 339/2000  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Os advogados integrantes do quadro de carreira técnico-jurídica do Banco do Estado do Paraná S/A, na data da venda efetiva de seu controle acionário, passarão, salvo expressa renúncia, a integrar a quinta categoria de carreira especial de advogados do Estado do Paraná, criada por força de Lei Estadual nº 9422, de 05.11.90, tendo por atribuição o assessoramento jurídico ao Poder Executivo, e a representação judicial e extrajudicial do Estado do Paraná, inclusive no que se refere aos ativos adquiridos em virtude do processo de saneamento e privatização da referida Instituição Financeira.

Parágrafo Único - Aplicam-se aos profissionais que passarem a integrar a carreira especial de advogados do Estado do Paraná na forma desta lei, os dispositivos da Lei Estadual nº 9422, de 05.11.90, e posteriores alterações.

Art. 2º - Os advogados de que trata esta lei, passam a ocupar cargos regidos pela Lei nº 6174, de 16.11.70.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.10.2000.

(a) CEZAR SILVESTRI

**JUSTIFICATIVA:**

Tratam-se de profissionais que ingressaram no Banco do Estado do Paraná S/A, enquanto sociedade de economia mista controlada pelo Banco do Estado do Paraná, mediante concurso público, integrantes da carreira técnico-jurídica da Instituição, que exercem função equiparada aos integrantes da carreira especial de advogado do Estado do Paraná, especializados em direito bancário e que já patrocinam a defesa de inúmeros processos judiciais envolvendo os ativos financeiros adquiridos pelo Estado do Paraná, em virtude do processo de saneamento e privatização do Banestado, além dos conhecimentos das particularidades contratuais e operacionais atinentes à matéria.

Daí porque o presente projeto de lei dispõe sobre a transposição desses servidores para o quadro de advogados do Poder Executivo.

É a justificativa.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Não há oradores inscritos o Pequeno e nem no Grande Expedientes. Passa-se ao horário das Lideranças: PL; PST; PSL.

**(Declinam)**

PDT.

Com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Senhor presidente, senhores deputados:

É com satisfação que nós, ocupamos o horário da liderança do PDT, homenageamos nesta oportunidade a democracia do Brasil conquistada, realmente, em momento difícil e por homens que alguns dos senhores deputados mais jovens e aqueles que como nós, de perto, enfrentamos aquele momento difícil que passou o Brasil, onde foi nos tirada a condição pela qual pudéssemos escolher os prefeitos das capitais, os governadores do nosso Estado e o presidente da nossa Nação. Tínhamos tão somente, senhores parlamentares e senhor presidente, a escolha a ser feita a alguns municípios que não eram de segurança nacional, vereadores, alguns senhores prefeitos que também não eram de área de segurança nacional, entendida por aqueles que detinham o poder e também deputados estaduais, aonde aqueles homens que se achavam donos do Brasil e da vontade do povo, davam condições para que deputados fossem escolhidos e quando estes deputados, tanto nas Assembléias do Estado, como esta nossa, homens ligados ao sentimento popular fossem, muitos deles cassados, tirados do mandato eletivo que o povo lhes tinha dado, por atos arbitrários, nesta Nação.

No Congresso Nacional, também, deputados eleitos pelo povo eram sacados daquele mandato do povo brasileiro. Assim foi que nesta Casa, os inúmeros deputados, Walter Pécoits, Anibal Khury e inúmeros outros, foram ceifados da sua vida pública e do seu mandato eletivo por vontade de alguém que usava farda e pensava que o Brasil era, realmente, a condição pela qual a sua vontade fosse colocada.

Na Câmara Alta deste País, tivemos inúmeros companheiros, como Alencar Furtado e outros, que falavam realmente a condição pela qual o Brasil precisava ouvir e eram tirados dos seus mandatos com atos de cassação arbitrários à democracia, que esta hoje nós respiramos.

E, nesta tarde, senhor presidente e senhores deputados, quando nós temos a felicidade de no nosso meio, de ter não só na presença do ilustre companheiro da bancada, Waldir Pugliesi, que foi um dos baluartes para que chegássemos ao estado democrático no qual nos encontramos, neste recinto, um dos nomes mais conceituados, a nível nacional, que é o senador Freire, que nos traz o alento de rememorarmos os dias difíceis que enfrentamos em todo o Brasil.

Fácil, hoje, é disputar um mandato eletivo, exercê-lo e não ter atrás de si sombra alguma, aonde os jornais, aonde os rádios, aonde a televisão, aonde a palavra era, realmente, ela tinha limite, nós estamos, hoje, com a liberdade total de uma democracia e enfrentando, com todas as vicissitude com toda a dificuldade, enfrentando aqueles que representam aquele tempo de opressão, como no caso de Curitiba, enfrentando com Vanhoni mais uma luta democrática para colocarmos na prefeitura de Curi-

tiba alguém que realmente seja da vontade popular e não da vontade do Palácio Iguaçu.

Tenho certeza absoluta, senhores deputados e nobre deputado Orlando Pessuti, nosso líder da Oposição, o povo saberá respeitar a tradição do nosso Brasil, saberá valorizar o seu voto democrático, a ser dado no próximo domingo, dia 29 de outubro.

E nós temos a certeza absoluta de que sua vontade vai prevalecer. Sem condições de amparo governamental, sem condições de mando político na Capital, sendo tão somente um deputado igual a nós todos, com acento nesta Casa, o Vanhoni tem dado mostra de que realmente aquela luta pela democracia valeu. Uma pessoa desamparada de todo poder, fosse ele econômico, político ou social, está de igual para igual, disputando com aquele que detém o mandato, com aquele que é amparado pelo governador Jaime Lerner, com aquele que tem a mídia na mão, com aquele que representa aquela opressão nossa, sofrida no passado, porque é justamente no seu partido, o PFL, que estão agasalhados aqueles homens que ontem, junto com outros, cassavam companheiros nesta Casa e no Congresso Nacional. E nós haveremos, agora numa democracia plena, realmente cessar através do voto o mandato que será do povo curitibano e principalmente da família curitibana através do número 13 no próximo domingo.

Obrigado, senhor presidente, obrigado senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PMDB. Com a palavra o deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares, gostaria que nós, de uma vez por todas, pudéssemos encerrar uma exploração completamente equivocada, fora de propósito, exploração barata e mentirosa que tem sido utilizada durante o processo de campanha eleitoral, na eleição para prefeito de Curitiba, utilizando, inclusive, a imagem deste parlamentar.

Estava eu, senhor presidente, senhores parlamentares, fazendo campanha no interior do Estado, como a grande maioria de nós estávamos, e ligaram-me familiares daqui de que estava sendo veiculada uma fotografia no programa eleitoral do candidato Cássio Taniguchi para atingir o deputado Angelo Vanhoni e o deputado Maurício Requião, com palavras de baixo calão, que, aliás, típicas do vereador JP, dizendo de que políticos escondem-se atrás de lona preta e não sei que e tal.

À época, quando fiquei sabendo disto, senhor presidente eu fiz esta declaração de próprio punho, que tenho o original aqui, e mandei para que fosse utilizado em campanha, nem sequer, deputado Valdir Rossoni, Vossa Excelência que é líder do governo, nem sequer direito de resposta pedi para não por lenha na fogueira

numa coisa, uma atitude parlamentar nossa e esta declaração diz o seguinte:

(Lê):

Declaro a quem interessar possa e para todos os efeitos de direito que quando estive no acampamento dos trabalhadores rurais sem terra que estavam acampados na Praça Nossa Senhora da Salete, em frente ao Palácio Iguaçu, sede do governo do Paraná, em companhia do deputado Angelo Vanhoni e outros políticos, estivemos em missão de intermediação de um encontro entre lideranças do movimento e o governo do Paraná, exercido naquele instante pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Anibal Khury, em razão de licença do titular.

Declaro ainda que graças a esta intermediação testemunhada por grande número de membros da imprensa local e nacional, evitou-se um confronto entre policiais já mobilizados e trabalhadores, o que seria de consequências traumática para as partes e para o Paraná.

É a verdade - à época assinei em 24 de setembro de 2000 e mandei por fax para Curitiba.

Pois bem, senhor presidente, senhores parlamentares, para nós nesta Casa rememorarmos este fato, lembram os senhores que o deputado Anibal Khury muitas e muitas vezes, muitas e muitas vezes, para nós de todos os partidos dizia que o governo do Estado era frouxo por não tirar o acampamento do movimento sem terra de frente do Palácio Iguaçu e que se ele estivesse no governo em 24 horas ele tiraria o acampamento dali. Aconteceu que o deputado Anibal Khury assumiu o governo em razão de viagem do governador. Ora, a imprensa inteira já estava antecipadamente sabendo que havia uma proposta ou uma bravata ou uma afirmação do deputado Anibal Khury de que se assumisse o governo tiraria os sem terra em 24 horas.

Senhor presidente, senhores deputados, os senhores estão lembrados disto - começaram a circular pela manhã veículos da política em torno da praça e os trabalhadores sem terra saíram, de dentro de seus acampamentos com suas mulheres, com suas crianças de mão dada e fizeram um cerco em torno do acampamento. Fui eu e o deputado Angelo Vanhoni, conversamos com a liderança do movimento que lá estava para formar uma comissão e ir até o governo negociar uma saída pacífica para a questão. E foi graças a esta intermediação e a esta negociação, acompanhada e vista, presenciada, testemunhada pela grande parte dos próprios funcionários do governador, secretários seus, funcionários seus da portaria, secretárias suas, que evitou-se esse episódio em razão de ter sido feito um acordo de que os sem terra permaneceriam na praça até que viesse o Ministro da Agricultura que estava para vir ao Paraná na próxima semana, ou dez dias depois, ou coisa semelhante.

Bem, tal a minha surpresa ao perceber utilização em horário eleitoral, como se lá estivéssemos, deputado Waldyr Pugliesi, incentivando ao movimento.

Quero, para não parecer uma desculpa, deixar dito aqui que em qualquer movimento de sem-terra, de com-terra, de estudantes, de professor, de desempregados, de sem casa, qualquer movimento popular, aonde possamos no exercício do nosso mandato ser úteis para a solução de qualquer movimento, lá estaríamos nós. Não me furtaria, não me negaria de estar num movimento junto com produtores rurais como estivemos muitas e muitas vezes para ajudar à busca de solução desses movimentos.

Agora, o que não se pode fazer é a utilização indevida de uma imagem, e falseando a verdade.

E por que eu falo no dia de hoje senhor presidente e senhores deputados? Porque eu achei que essa história tinha terminado. Mas a revista "Panorama" desta semana traz uma foto, a mesma foto, minha e do deputado Ângelo Vanhoni, dizendo de que nós fomentamos a invasão em frente a praça do Palácio do governo com o movimento sem-terra.

Ora, política é política; verdade é verdade. Acho que utilize-se o que quiser. Na estou em campanha, apenas estou em campanha como cabo eleitoral, como simpatizante de uma campanha, todos têm conhecimento de qual campanha que nós apoiamos, aliás, a nossa bancada inteira de oposição apoiou a candidatura Ângelo Vanhoni. No entanto, senhor presidente e senhores parlamentares, a exploração indevida de imagem é uma coisa nojenta em política, nojenta. Porque quando ela é verdadeira, quando você tem a ver com a questão ainda; mas eu sinto que esta Casa, esta Assembléia Legislativa, por ter entre os seus integrantes, e o seu presidente que estava no exercício do governo naquele instante, conseguiu evitar no diálogo, na conversa um acontecimento que seguramente iria denegrir a imagem do Paraná. Por quê? Porque a imprensa inteira, foi anunciada a desocupação, tinha repórter subindo em árvore para pegar o melhor ângulo, para poder pegar um momento em que a polícia entraria para desfazer os acampamentos, e os sem terra estavam de mãos dadas, com crianças, com mulheres, esperando o confronto, exatamente para poder polemizar o assunto e discutir a questão reforma agrária.

Então, eu acho que a nossa participação é uma participação que engrandece a Assembléia Legislativa, o mandato popular de representação do mandato popular; e não serve, e não se presta, e não deve ser utilizada de forma equivocada, de forma a denegrir uma atitude que não foi com o propósito que está se apresentando.

Volto a reafirmar, não estou aqui a justificar esta presença, estaria lá tantas e tantas vezes quanto fossem necessário no momento em que qualquer categoria da nossa sociedade, produtores, ou não produtores, com-terra ou sem-terra, trabalhadores com teto ou trabalhadores sem-teto, nós estaríamos lá sempre, sempre defendendo as minorias, os oprimidos, os necessitados, aqueles que têm na necessidade da pressão a única condição de abrir o diálogo.

Agora, acho que a exploração indevida dessa fotografia é uma exploração que não deve acontecer. E quero

dizer que vou entrar com representação contra a revista e contra a utilização dessa imagem para que, esclarecidos os fatos, se possa restituir a verdade. E entre as testemunhas quero arrolar desde a secretária particular do governador até os seus funcionários íntimos que estavam presentes na reunião quando lá estivemos, eu e o deputado Ângelo Vanhoni, acompanhados de uma comissão de sem-terras para resolver esse impasse.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PFL; PSDB; PTB; Liderança da Oposição.

Com a palavra, o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados, em meu nome e de toda a Bancada da Oposição, quero inicialmente manifestar a nossa alegria e satisfação de poder estarmos nesta tribuna e termos, nesse momento, a oportunidade de receber nas dependências desse plenário, o senador Roberto Freire, do PPS - ele que, sem sombra de dúvida, foi uma das grandes lideranças democráticas do nosso velho MDB de guerra. Quero registrar também a presença dos deputados federais Rubens Bueno e Ama-deu Gera, nosso amigos e companheiros de tantas e tantas jornadas.

Quero registrar também a presença na tribuna de honra, desta Sessão, do professor Romeu Miranda, presidente da APP - Sindicato. E dizer aos senhores deputados que, na semana passada, tínhamos, aqui, uma Sessão em que os professores fariam um pronunciamento. O professor Romeu tinha um horário reservado para se pronunciar acerca de algumas negociações, que foram desenvolvidas com o governo do Estado, durante a última greve dos professores do Estado do Paraná. Lembrem-se o senhores deputados, que aquela Sessão não pôde acontecer, em função do falecimento do eminente ex-governador Ney Aminthas de Barros Braga. Ajustou-se naquela oportunidade, com a Assembléia Legislativa, de que os professores, como vão estar aqui na sessão de amanhã, dia 24 de outubro, para falar do andamento dos itens ajustados, negociados com o governo - o que já deu certo, o que não deu certo e o que está em andamento -, em que pé estão as negociações.

Neste sentido reivindico mais uma vez ao presidente - sei que isso já está devidamente ajustado -, que na sessão de amanhã possa ser reservado um espaço, de pelo menos uns dez minutos, para que o professor Romeu possa se manifestar, em nome dos professores que aqui comparecerão.

Senhor presidente, compareço à tribuna para fazer uma rápida reflexão, junto aos senhores deputados, com respeito a um artigo do jornal Gazeta Mercantil, que circulou nesse final e início de semana, onde o presidente da Itaúsa, que é a controladora do Banco Itaú, o ex-ministro Olavo Setúbal diz: "Setúbal duvida de que Banespa seja um bom negócio." Dentre tantas as afirmações e análises,

que ele faz, está registrado nesse jornal, onde ele e seus filhos que exercem, hoje a presidência e a vice-presidência do Banco, fica mais uma vez claro aquilo que dissemos na semana passada.

Espero que não demore tanto tempo, para que esta Casa possa se arrepender, do voto de louvor, que aprovou, aqui, para o senhor Giovanni Gionédís. Porque bom negócio na opinião da família Setúbal, foi comprar o Banestado.

Dentre tantas informações que eles, aqui, colocam é bom que se leia a esse Plenário o seguinte: "O presidente do Banco Itaú dedicou boa parte da teleconferência, aos analistas, a explicar que o preço pago, pelo Banestado, não foi elevado. O elemento que fez toda a diferença nas contas e foi o mais importante motivador do lance, foi a descoberta - repito, foi a descoberta - de créditos fiscais do Banestado, no valor de um bilhão, seiscentos e cinquenta e nove milhões, que trazidos para o presente, se forem resgatados, agora, foram avaliados em seiscentos e vinte e nove milhões. Assim, na prática, o Itaú teria pago pelo Banestado, qualquer coisa ao redor de um bilhão de reais."

Veja, senhor presidente, senhores deputados, que nós dessa tribuna, em mais de uma oportunidade, deputado Ângelo Vanhoni, deputado Romanelli, no mandato passado, quando as primeiras discussões aconteciam acerca das privatizações, a associação dos funcionários do Banco do Estado, a fundação dos bancários, a CUT que aqui estiveram a semana passada, inclusive entregando ao presidente da Casa, que determinou registro nos Anais da Assembléia, de documento que fazia uma análise completa acerca da privatização do Banestado, em todas aquelas oportunidades dizíamos que o Banco estava subavaliado. Que o valor determinado como preço mínimo do Banco era um valor subavaliado e que não estava devidamente esclarecida a questão dos créditos tributários. Está aqui agora a afirmação de quem comprou o Banco, que o lance foi dado em cima da descoberta que existia um crédito tributário de um bilhão seiscentos e cinquenta e nove milhões.

Num quadro comparativo que temos aqui, apresentado também pelo Itaú, acerca dos Bancos que ele adquiriu, Banestado, Bandeirantes e Boa Vista, no item, preço pago em relação ao patrimônio líquido: No caso do Banco Bandeirantes o Itaú pagou R\$2,00 para cada R\$1,00 do patrimônio líquido.

No caso do Boa Vista pagou R\$1,91 por cada R\$1,00 do patrimônio líquido.

E vejam aqui o bom negócio feito pelo secretário Giovanni Gionédís: Para cada R\$1,00 de patrimônio líquido do Banestado o Itaú gastou 0,76! Portanto bom negócio realmente quem fez não foi o Paraná e denunciemos aqui! E por isso dizíamos que não merecia o secretário Giovanni Gionédís nenhum louvor porque ao invés de um bom negócio ele deu um bom prejuízo para o Paraná porque enquanto o Banco Bandeirantes conseguia, esse

sim, o ágio de 100% em cima do seu patrimônio líquido, valia 1 teve que pagar 2! No caso do Boa Vista teve que pagar 1,91. No caso do Banestado o bom negócio feito foi diferente, valia 1 e o Estado do Paraná vendeu por 0,76! Portanto um deságio de 24 centavos para cada R\$1,00 de patrimônio líquido!

Nesse sentido, senhor presidente, senhores deputados, estamos junto com outros Parlamentares apresentando três requerimentos a esta Casa, pedindo informações sobre o valor pago ao leiloeiro do Banestado no leilão realizado dia 17. Pedindo também cópia do contrato celebrado com as instituições que foram responsáveis pela avaliação patrimonial e definição do preço mínimo. Pedindo também cópia do contrato celebrado com a Bolsa de Valores do Paraná, porque afinal de contas não é hoje, não foi a semana passada, não foi o mês passado, não foi apenas neste ano de 2.000, há mais de 4 anos estamos pedindo informações, há mais de 4 anos estamos pedindo cópias de documentos!

E esperamos agora que o Tribunal de Contas, dentro inclusive daquela linha colocada aqui na semana passada pelo eminente deputado Beraldin, possa agir dentro das suas atribuições e conseguir, de fato e verdadeiramente as informações que parlamentares da Oposição e tenho certeza que a grande maioria de parlamentares desta Casa e Oposição de governo estamos tentando conquistar, há muito tempo, acerca de muitos assuntos que acontecem no Paraná. Lamentavelmente a todos nós parece, sim, que esta negociação do Banco do Estado do Paraná, é mais uma das grandes caixas pretas que são espalhadas em muitas ações desse governo!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

**ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, que acrescenta parágrafo ao artigo 1º da Lei nº 12.027, de 04 de fevereiro de 1998. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

**ITEM 02**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 012/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que dispõe sobre o funcionamento dos trabalhos de revisão constitucional e dá outras providências. COM PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA. COM EMENDA DE PLENÁRIO. **Aprovado.**

**ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 067/2000, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Associação das Primeiras Damas do Oeste do Paraná - Adamop, com sede e foro no município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 140/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a estabelecer requisitos para a criação, a autorização de funcionamento, o acompanhamento, a avaliação e o reconhecimento dos cursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior, integrantes do Sistema Estadual de Educação, e adota outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.E.C.E.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a criação da Circunscrição Regional de Serviços de Trânsito - Ciretran, no município de Andirá. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 210/2000, de autoria do deputado Miltinho Puppio, que declara de Utilidade Pública o Centro de Reintegração e Valorização da Vida - CRVV, com sede e foro no município de Apucarana. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 223/2000, de autoria do deputado Edno Guimarães. Fica o Poder Executivo autorizado a executar os serviços de restauração de 8 km na rodovia municipal de ligação entre a sede e o distrito de Herculândia no município de Ivaté. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 273/2000, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação Maringá Apoiando a Recuperação de Vidas - Marev, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J..

**Aprovado o projeto, artigo por artigo.**  
**Emenda - Aprovada.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Requeiro verificação de quórum para prosseguimento de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Para que não paire nenhuma dúvida, requeiro chamada nominal para que se processe a verificação de quórum.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Miltinho Puppio)

**(Procede à chamada nominal dos senhores deputados)**

Responderam à chamada, dezessete senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

**Não há quórum para prosseguimento da sessão.**

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**REDAÇÃO FINAL** - dos Projetos de Lei nºs 207, 295, 303 e 318/2000.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 273/2000.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/2000 e do de Resolução nº 020/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 012, 198 e 290/2000.

Levanta-se a sessão.

## Atas de Comissão:

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, o qual o deputado Carlos Simões, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 324/99, 553/99 e 629/99, deputado Ademar Traiano apresentou redação final aos Projetos de Lei nº 017/2000, 137/2000 e 235/2000. E o senhor presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 115/2000 que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, o qual o deputado Antonio Baratter apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 256/2000, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presi-

dente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, o qual o deputado Antonio Baratter, apresentou redação final aos Projetos de Resolução nº 001/2000, 004/2000 e 022/2000 e os Projetos de Lei nºs 234/2000 e 236/2000 e o senhor presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 237/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, o qual o deputado Luiz Carlos Zuk, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 385/99, 040/2000 e 219/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do dia, quando o deputado Luiz Carlos Zuk, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 032/2000, 048/2000, 227/2000, 260/2000, 261/2000 e o deputado Antonio Baratter, apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nº 138/2000, 254/2000 e 268/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e

aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 018/95, 617/99, 011/2000, 209/2000 o deputado Antonio Baratter apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 157/99, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) Cesar Seleme - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Antonio Baratter apresentou Redação Final ao seguinte Projeto de Lei nº 272/2000, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do deputado

Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Antonio Baratter apresentou Redação Final aos seguintes Projetos de Lei nº 240/2000 e 243/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nº 105/99, 345/99 e 208/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(a) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte um dias do mês de setembro do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nº 062/2000, 184/2000 e 279/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(a) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para o Ordem do Dia, quando o deputado Antonio Baratter apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nº 526/99 e 567/99, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(a) CESAR SELEME - Presidente  
 Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para o Ordem do Dia, quando o deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nº 063/98, 306/99, 519/99 e 005/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(a) CESAR SELEME - Presidente  
 Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para o Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou o Projetos de Resolução nº 024/2000. E o deputado Car-

los Simões apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nº 486/99, 244/2000, 250/2000 e 312/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(a) CESAR SELEME - Presidente  
 Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para o Ordem do Dia, quando o deputado Antonio Baratter apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nº 280/2000, 306/2000 e 313/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(a) CESAR SELEME - Presidente  
 Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para o Ordem do Dia, quando o deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nº 205/2000, 207/2000, 295/99 e 303/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(a) CESAR SELEME - Presidente  
 Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para o Ordem do Dia, quando o deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nº 295/2000, 315/2000 e 318/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(a) CESAR SELEME - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**Pedido de Adesão:**

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA  
PEDIDO DE ADESÃO

Ana Paula Cleto Chaves, matrícula 40842, endereço Rua Itupava, 1380 - ap. 05, bairro Cristo Rei, cidade de Curitiba, CEP: 80040-000 - PR, remuneração mensal estimada R\$440,44, CPF: 841.206.229-91, lotação: D.L., data de nascimento: 16.10.71.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: agente administrativo.

(Prot. nº 5801)

Curitiba, em 30.06.2000.  
(a) Ana Paula Cleto Chaves